

UMA HISTÓRIA DO IF-BAIANO CAMPUS CATU

UMA JORNADA PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO
FEDERAL
Baiano



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Diene Israela da Silva
Marcelo Souza Oliveira

2022

INTRODUÇÃO

O IF-Baiano *Campus* Catu, antiga Escola Agrotécnica Federal, em 2022 completou 127 anos de história, ofertando por mais de um século, os cursos de qualificação e habilitação profissional atendendo não apenas a Bahia, mas todo o Brasil. Essa longeva existência está permeada de mudanças advindas dos processos de desenvolvimento nacional registrados em decretos, atas, jornais, discursos e outras fontes. Também é marcada pela passagem de diversos sujeitos, cujo sonhos e planos foram possibilitados pelo acesso à essa modalidade de ensino, e que foram registradas em documentos escritos e sobretudo nas memórias. Organizar essas fontes, analisar as convergências e divergências, situar no contexto espacial e temporal é o dever do historiador comprometido em preencher essas lacunas, construindo assim uma narrativa capaz de informar e provocar reflexões.

Essa narrativa não pôde ser construída sem lançar mão de uma bibliografia referente ao ensino agrícola, como em Araújo (2006), Nery (2009) e Molina (2012); referente à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como em Ciavatta (2005) e Ramos (2014); da legislação brasileira no que tange ao sistema educacional e, principalmente, das memórias de sujeitos que estiveram relacionados com esta unidade de ensino. As memórias tem primazia como fontes nesse trabalho, pois dão pistas privilegiadas de elementos que seriam ignorados por documentos oficiais escritos, como por exemplo a motivação para o ingresso na instituição, o cotidiano escolar, as possibilidades de concretização do currículo proposto e as perspectivas após a formação, dentre outras questões.

Por essa razão, 13 sujeitos aceitaram ao convite para narrar suas memórias sobre o conhecimento do passado do instituto, enquanto Fazenda Modelo e sobre o processo de implantação no nível médio técnico no *Campus*. Optou-se por preservar a identidade dos participantes, identificando-os por pseudônimos, considerando os seus perfis. Assim, obtem-se: “O Diretor”, que foi aluno na década de 70 e, posteriormente, diretor da instituição; “A moça que cuidava dos meninos” que é uma moradora da cidade e também ex-secretária que atuou desde a década de 70 até se aposentar na Instituição. Quatro professores: “A flor de Alagoinhas”, professora de letras e que participou de um projeto de memória da

instituição; “O professor Sonhador”, professor de química que participou da primeira feira de ciências na escola; “O agricultor”, professor de técnicas agrícolas; “O Veterinário”, professor de zootecnia.

Fora do corpo dos profissionais de educação tem-se cinco alunos egressos: “O jovem de 83 anos”, “O homem das abelhas”, “O economista”, “O destilador”, e “O Iraraense”, cuja principal característica é terem sido das turmas da década de 70 e, hoje, estarem nos mais diversos municípios baianos; por fim, dois convidados externos: A flor de minas e Aquele que guarda recordações, participantes que não têm ligação direta com o instituto, mas que têm acesso às histórias da cidade. A primeira mantém uma rede social com memórias sobre os casarões e o segundo é um memorialista da cidade. Quanto à idade dos participantes, nem todos se sentiram confortáveis em expor esse dado, entretanto, o grupo em sua maioria é composto de ex-alunos e funcionários aposentados, cujas idades estão entre 63 a 83 anos, portanto sujeitos mais idosos que narram os acontecimentos do *Campus* entrelaçados com a própria vida.

Esses sujeitos além de terem narrado suas memórias, forneceram as fotos que compõem parte dessa cronologia referente ao período de 1960/1970/1980 e 1990, as demais imagens foram retiradas de obras literária sobre a EPT e sobre a Fazenda Modelo disponibilizadas nos sites sobre a história do IF-Baiano-Catu (OLIVEIRA, 2010; CATU, 2019; CATU, 2020,). Essa síntese está dividida da seguinte forma: no primeiro momento tem-se o marco da criação da Fazenda-Modelo de Catu; em 1895 até a federalização em 1918, segundo exposição das narrativas dos sujeitos conectadas ao contexto histórico. Percebem-se os fatores socioeconômicos impulsionadores desses marcos, como a crise do açúcar e a necessidade de conformação de mão de obra para o desenvolvimento nacional.

Posteriormente, apresenta-se a década de 1960 como responsável pela inserção do nível médio na escola, transformando a fazenda em Colégio Agrícola. Buscam-se nas contribuições dos sujeitos os impactos desse novo nível de ensino para a localidade e a importância da mesma. Em 1970 vê-se a consolidação do curso de técnico agrícola, a partir da formação da primeira turma, assim como as perspectivas de trabalho dos recém-formandos dessa área. Em 1980 tem-se a ascensão do modelo educacional Escola-Fazenda, com a cooperativa-escola no centro dos debates. Em 1990 e 2000, expõem-se duas grandes mudanças, tanto

para a EPT, quanto para o *Campus*. Em 1990 ocorre a separação compulsória das modalidades de ensino médio e do técnico, fragilizando a possibilidade de oferta integrada. A partir de 2000, em uma nova configuração política educacional, tem-se do Estado uma postura completamente contrária, pensando a vinculação do ensino médio com o técnico de maneira integrada com foco nos sujeitos, uma formação não só para as demandas econômicas, mas também que alcançasse todas as dimensões dos sujeitos. Para o *Campus* significou ter-se tornado autarquia em 1990 com a inserção de dois novos cursos, e em 2008 ter-se transformado no *Campus* do IF-Baiano, com uma nova proposta pedagógica, inclusão de novos cursos e do nível superior.

Embora o objeto de pesquisa seja a história do IF-Baiano *Campus* Catu e o processo de implantação do ensino médio técnico, é indispensável mencionar neste trabalho o lugar dos negros e a inserção da mulher no ensino agrícola. Esta é uma exposição importante para compreender como as mudanças nos papéis sociais redefinem a ocupação dos espaços de educação formal. A disponibilização do ensino agrícola direcionado a um público negro e masculino, notadamente formado para o trabalho com o manejo agropastoril, torna-se lentamente mais diversificado e voltado para as demandas econômicas. Nesse sentido a economia e o processo de uma chamada industrialização do campo refletem diretamente nas escolas agrícolas, oportunizando o ingresso de públicos que originalmente foram excluídos ou não direcionados à esta modalidade educacional.

O *Campus* Catu é o protagonista dessa narrativa, por meio da confluência dos interesses econômicos, das mudanças do sistema educacional e das vivências de seus sujeitos se conformou como uma unidade de ensino federal em rede da EPT. O conhecimento desses fatos ocorridos permite perceber que não há uma imutabilidade dessa instituição, tão pouco uma padronização de mudanças com tempo certo para acontecer. No entanto, tais mudanças podem surgir das tensões advindas das necessidades de diversos setores sociais, estas se concretizam em leis e decretos reorganizadoras da oferta dessa modalidade educacional que refletem diretamente nas unidades de ensino. Entender esses processos permite, através do caso do IF-Baiano *Campus* Catu, refletir sobre os rumos tomados pelo Instituto em relação a EPT. A seguir, serão apresentados registros de fotos

comentadas, bem como trechos das entrevistas contendo informações que subsidiaram a pesquisa e a história do IF-Baiano, *Campus Catu*.

UMA HISTÓRIA DO IF-BAIANO: ANÁLISE

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus Catu* atua há mais de 127 anos na Educação Profissional e Tecnológica. Conheça os principais marcos dessa trajetória.

● 1895/1918: Contexto

A segunda metade do império no Brasil foi marcada por uma crise na economia açucareira e pelos processos históricos da abolição da escravidão, isto afetou principalmente o recôncavo baiano, maior expoente da produção de cana-de-açúcar. A desvalorização desse produto devido a concorrência externa, deslocamento do eixo econômico para a cultura cafeeira e a falta de mão de obra fez com que fosse necessário durante a primeira república tomar medidas para o desenvolvimento econômico das regiões abaladas.

Tanto na capital como nas regiões metropolitanas foram instaladas Escolas de Aprendizes e Artífices, quanto Escolas Agrícolas, pretendia-se por meio do trabalho civilizar órfãos, desvalidos dando-lhes um meio de sobrevivência que também auxiliaria no desenvolvimento local. Havia duas frentes, uma nas capitais para o desenvolvimento industrial e outra na região metropolitana e interiores, para o desenvolvimento agrícola, valorizando uma crença na chamada vocação agrícola do país, que por sua extensão de terras obteria sucesso se aplicasse determinados conhecimentos e técnicas de produção. As instituições agrícolas com suas escolas e fazendas-modelo deveriam difundir os conhecimentos científicos adquiridos segundo o ideário europeu então adaptados à realidade brasileira para um melhor aproveitamento da terra (SILVA; OLIVEIRA, No prelo).

Nesse contexto, em Catu se constitui a Fazenda Modelo de Criação em 03 de fevereiro em 1895, quando Ambrósio Baptista dos Santos vende ao governo da Bahia terras da antiga Fazenda Sant'Anna para implantar essa unidade de produção e ensino.

Sobre esses acontecimentos emergiram as seguintes lembranças dos depoentes:

Antes de Colégio Agrícola, o local, as instalações era colégio, colégio não, era uma Fazenda Modelo do Ministério da Agricultura, entendeu? Quando, eu acredito que aproveitaram as instalações, eu acredito não, foi isso que aconteceu, aproveitaram as instalações do Ministério da Agricultura, da Fazenda Modelo que era ligada mais a pecuária, ligada mais não, era ligado só pecuária, bovinos e suínos avicultura não tinha, isso não era o Colégio Agrícola. O Colégio Agrícola começou em 69, da seguinte, era uma fazenda do Ministério de Agricultura tá entendendo, não sei se você estava interessada nesse detalhe aí (O Agricultor, Entrevista, 2021)

A escola tem uma história de escola de capataz de aprendiz, como te falei, Uruçuca também foi assim, preparar o vaqueiro, a pessoa, o leiteiro, o cara que vai tomar conta de fazenda. Mas não tinha, exatamente, não tinha no período realmente que era só mesmo técnico só formações técnicas curtas também, não era uma formação completa, era focada em uma demanda. Olha tá precisando de um ordenhador, ah vamos dar um curso de ordenhador de 30/40 horas, não tinha estruturação ainda de forma de currículo para ensino médio. Isso eu soube assim, mas não sei exato o período que foi que ficou essa predominância, aí foi 63/64 quando cria o Colégio vem a implantação. (O professor sonhador, Entrevista, 2021)

O contexto geral apresentado acima foi construído através de uma revisão bibliográfica¹ a respeito do ensino profissional. É interessante notar que essa revisão tem uma característica mais objetiva, quando se busca por tema há um direcionamento para os verbetes de maneira impessoal, isto não ocorre com a memória. O processo de lembrar é particular Halbwachs (1990), depende do interesse pessoal sobre o tema, estado emocional, participação de um determinado grupo ou trabalho, tendo então uma característica mais subjetiva. Foi perguntado aos 13 participantes se eles sabiam ou tiveram conhecimento sobre a origem da fazenda, apenas dois professores e o diretor trouxeram lembranças que convergiam com as informações contidas nos documentos, os

¹ Estudo das pesquisas e obras existentes sobre o assunto por outros autores, nesse sentido uma contribuição das teorias existentes para a realização de uma nova abordagem do tema (LAKATOS; MARCONI, 2003).

alunos e demais participantes não sabiam ao certo. Provavelmente, o grupo que lembrou, ao participar do corpo administrativo do colégio, por necessidade ou curiosidade tiveram contato com documentos, obras e outras fontes sobre a Fazenda-Modelo, o que não aconteceu com o grupo dos alunos, que por ter uma relação mais passageira com a instituição, pode não ter sido provocado a conhecer a história da mesma, não sabendo, portanto, informar sobre.

Dessas narrativas apresentadas dois pontos convergem com o estudo bibliográfico realizado: o primeiro é o fato das Escolas de Aprendizes e Artífices e dos Aprendizados Agrícolas terem feito parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e não do Ministério da Educação. Durante a primeira república, o sistema educacional ainda não tinha sido formado, sendo diferenciadas as modalidades educacionais, uma para formação geral e outra para o trabalho, essa segunda estava ligada diretamente às questões do desenvolvimento nacional. Assim, o trabalho seria o meio civilizador e moralizante dos menos favorecidos da fortuna, em geral um público negro e pobre das cidades e interiores. O segundo ponto é sobre o tipo de formação efetuada na fazenda, não era um lugar para ensinar a ler e escrever, mas, a trabalhar por meio da observação e prática. Quando o professor relata que os cursos eram para formar capatazes, está associando a uma função de liderança no meio rural, cujo passado remonta a escravidão e a monocultura do açúcar (PARANÁ, 2021), o capataz era responsável por vigiar e punir os escravos garantindo então a produtividade da propriedade. Nas fazendas o capataz aprendia a gerenciar a mão de obra dos outros trabalhadores braçais, que passavam por cursos rápidos, segundo a demanda emergente, se precisasse de ordenhador ou tratador, então, seria pedido que a fazenda abrisse o curso, assim como outros trabalhos referente à pecuária e ao tratamento da terra.

● Marco inicial- 1895



Foto 01

Fonte: OLIVEIRA, Marcelo Souza. **O Blog de História do IF Baiano, Campus Catu.** 2010. Disponível em: < <http://historia-ifbaiano.blogspot.com/2010/01/de-fazenda-modelo-ifbaiano-trajetoria.html>>. Acesso em: mar. 2022.

O Brasil república herdou do império a necessidade de fomentar e organizar o ensino agrícola. Destacou-se a figura do agrônomo como agente catalizador do desenvolvimento regional que faria frente à crise açucareira. Escolas agrícolas e fazendas-modelo foram criadas para capacitar a mão de obra rural. A baixa rentabilidade da produção do açúcar permitiu a expansão para outras atividades econômicas. Em Catu, devido a topografia, iniciou-se o investimento na pecuária, criando-se assim a Fazenda-Modelo de criação com o objetivo de fornecer técnicas pastoris para desenvolvimento da região.

Foto 01: Pelo tipo de veste do homem em frente ao gado e da tecnologia fotográfica, esse registro foi feito entre 1897/1903, uma área aberta capinada, a suposta casa da fazenda ao fundo, menino negro posando com

gado bovino. Nesta foto há quatro elementos significativos que caracterizam o pensamento desenvolvimentista da época: o gado, representando a busca pela valorização do novo produto nacional; a grande área necessária para essa atividade; o casarão administrativo da pesquisa e instrução e o negro público-alvo desse ensino.

● Por volta de 1909/1910

As principais atividades econômicas de Catu eram a exploração da mão de obra escrava e monoculturas como do açúcar e do tabaco. O abuso extensivo de latifúndios sem tratamento ou recuperação resultou em terras empobrecidas com baixa produtividade. A pecuária seria, também, uma forma de garantir uma nova frente econômica, enquanto se efetuavam pesquisas e difusão de técnicas para o melhor aproveitamento dos solos.

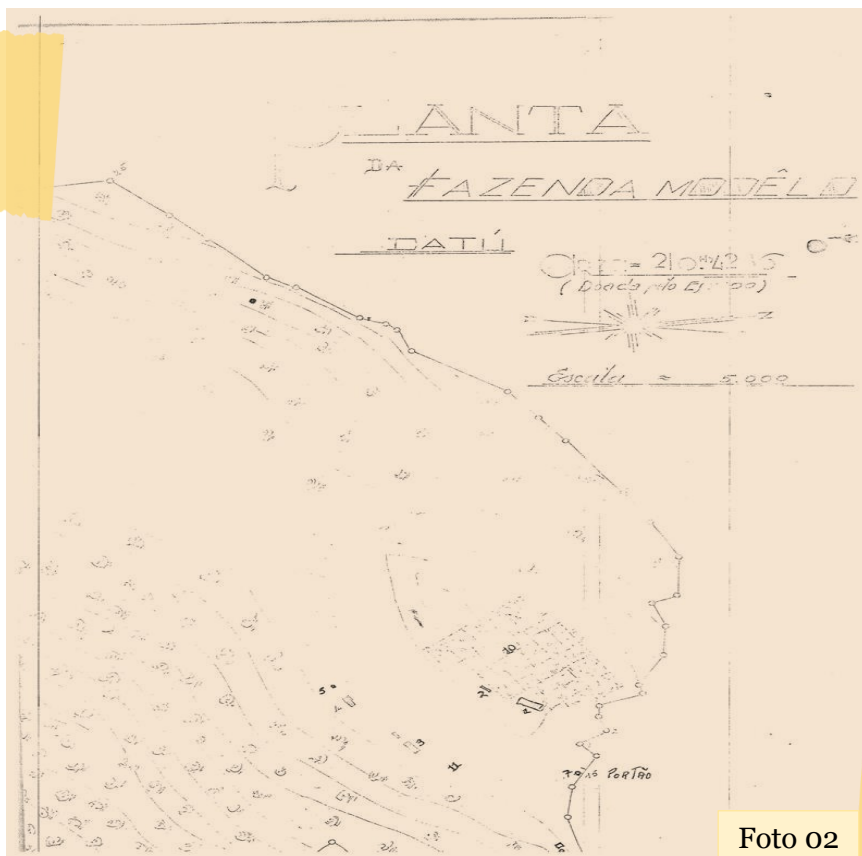


Foto 02: Planta da Fazenda-Modelo elaborada por volta de 1910. À direita percebe-se a dimensão extensa e topografia do terreno disponível e o ocupado pela fazenda.

Foto 02

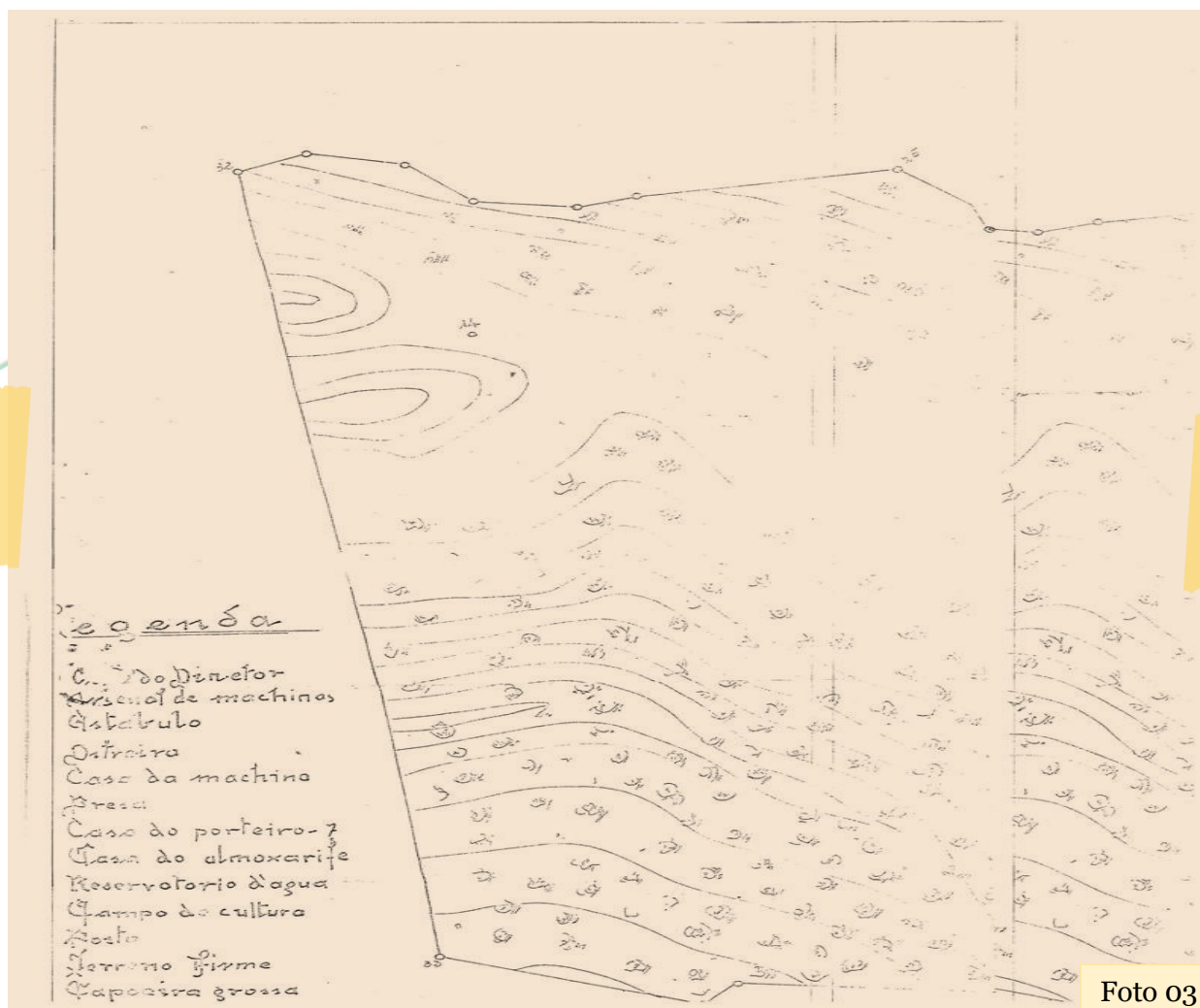


Foto 03

Foto 03: Planta da fazenda elaborada por volta de 1910, contendo a descrição dos elementos básicos para funcionamento da fazenda e disposição dos mesmos. Na legenda lê-se: casa do diretor, arsenal de máquinas, estábulo, [ilegível] casa da máquina, [ilegível], casa do porteiro, casa do almoxarife, reservatório de água, campo de cultura, posto, terreno firme, capoeira grossa.

Percebe-se na descrição da ocupação do terreno os estabelecimentos necessários para garantir minimamente o funcionamento autônomo da fazenda, tanto para acomodação e sustentação do gado, quanto de seus funcionários. Destaca-se a plantação da capoeira grossa que servia para pastagens e para o melhoramento do solo.

A Fazenda-Modelo funcionava como anexo da Escola Agrícola de São Bento das Lages, localizada no município de São Francisco do Conde. Nesse período o sistema educacional estava em formação atuando em duas linhas: o

normal ou propedêutico, cujo objetivo era o acesso ao ensino superior, e o profissional, cujo objetivo era uma formação prática com nível educacional menos elevado. O método educacional era o intuitivo, onde os alunos deveriam observar e experienciar para aprender. Para o ensino normal significou a elaboração de materiais didáticos, onde se pudessem ilustrar o quadro negro ou livro de figuras. Para as escolas agrícolas, o “material didático”, além desses, era o próprio trabalho com a terra. Assim a fazenda seria um lugar de observação e estágio.



Foto 04

Fonte CATU. **Acervo Catuense.** 09/07/2020. 2020. Disponível em: <http://acervocatuense.blogspot.com>. Acesso em: mar. 2022.

Foto 04: O tipo de tecnologia fotográfica associado com o funcionamento da fazenda permite pensar que é um registro feito entre 1897/1903, quatro construções, a maior seria a casa do diretor; a esquerda no cercado, a casa de máquina e estábulos; a direita, menores, a casa do almoxarife e casa do porteiro. Nestes espaços, organizavam-se instruções para produtores locais e cursos rápidos para a formação de capatazes.

A presença negra em Catu era marcante devido à escravidão. Com a mudança da mentalidade acerca da exploração da mão de obra escrava e as lutas sociais que culminaram na abolição, surgiu a necessidade de educar os libertos destinando-os para o trabalho.

Nesse sentido o ensino agrícola era assistencialista, educando por via do trabalho, pretendia atenuar problemas sociais como a “vadiagem e imoralidade” fator também necessário para o desenvolvimento regional e por consequência, o nacional.



Foto 05

Fonte CATU. **Acervo Catuense.** 09/07/2020. 2020. Disponível em: <http://acervocatuense.blogspot.com>. Acesso em: mar. 2022.

Foto 05: Registro feito por volta de 1897/1903. Em frente a um casarão da fazenda três homens negros guiam o gado, o aprendizado se dava na prática diária da lida com os animais. Ao fundo, a construção que se vê já é na área externa da Fazenda, onde passa uma rua da cidade Catu.

No governo de Nilo Peçanha, o Brasil ansiava promover o desenvolvimento nacional e obter uma ordem social progressista. Entretanto, a massa egressa da escravidão e a falta de mão de obra qualificada para suprir a indústria emergente representavam dois grandes empecilhos. Uma das soluções girava em torno da ideia da formação pelo trabalho, nesse sentido o “Brasil do futuro sairia das escolas profissionais”. Cumprindo os ideais de seu governo em 1909 foram

fundadas as Escolas de Aprendizes Artífices e em 1910 os Aprendizados Agrícolas, este segundo é o marco da organização do ensino agrícola no Brasil. Diferente das fazendas, os aprendizados funcionavam em regime de internato escola, não como anexos para estágio ou unidade de pesquisa.



Foto 06

Foto 06: Aprendizado Agrícola Barão de Camargo². Observa-se um casarão administrativo, área de plantação e pastagem, crianças negras, adultos que provavelmente são professores/instrutores. Diferente das fazendas, os aprendizados funcionavam como abrigo, lugar de ensino teórico e prático, o foco era no público infantojuvenil. Nas fazendas a instrução era prática e também servia aos produtores.

¹ Ouro Preto em frente ao Aprendizado Agrícola Barão de Camargo (Passades). Dezembro de 1923.

Por volta de 1910

As políticas voltadas para o ensino agrícola iniciadas no império obtiveram êxitos regionais diferentes. Em Minas Gerais o investimento nas fazendas-modelo contribuiu para a estabilização de ao menos 3 unidades produtivas desse tipo. Já na Bahia, a Fazenda-Modelo de Catu encontrava-se em quase processo de abandono gerando custos para a Escola São Bentos das Lages. A falta de investimento regional, a impossibilitava de cumprir sua função social. Assim, no mesmo período (1909/1910) em que se iniciava a rede de ensino profissional, a qual esta futuramente faria parte, a fazenda se encontrava em estado de improdutividade. Urgia repensar as políticas desenvolvimentistas educacionais voltadas para o setor agrícola que tornasse o espaço da fazenda funcional e economicamente produtivo. Essa mobilização política só viria em 1918 quando a Bahia e o governo federal, no momento da expansão das fazendas-modelo e criação dos Aprendizados Agrícolas, negociariam o destino da fazenda de Catu.

Foto 07: Em uma página da Revista do Brasil observa-se uma fazenda-modelo em Minas Gerais, nela há trabalhadores na lida com a terra no que parece ser as etapas do plantio à colheita, há também registros do uso de máquinas e equipamentos à época, considerados os mais modernos. Na descrição, a fazenda-modelo mineira é elogiada enquanto se tece uma crítica à fazenda de Catu que estaria entregue ao capim e às formigas devido a inércia do estado baiano. O autor faz um lamento, “pobre Bahia” como se estivesse em abandono as ações efetivas de desenvolvimento, que também proporcionado por essas unidades de ensino, serviria aos produtores e aos trabalhadores agrícolas.

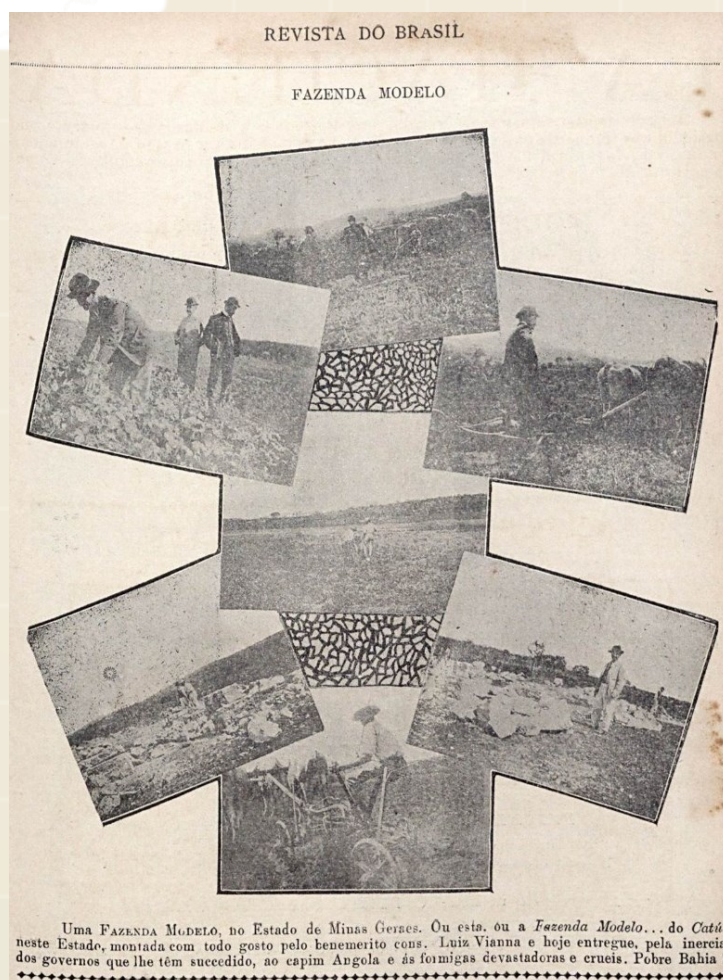


Foto 07

REVISTA DO BRASIL

brando-nos a quantidade de formigas, que impunes e sem a minima perseguição, transitavam por todo o terreno desse proprio estadoal.

Ha poucos dias vimos uma queima em um pedaço desse terreno para o plantio do milho para o S. João e indagando sobre o assumpto, fomos informados de que o pedaço roçado a que alludimos tinha sido arrendado, não nos souberam informar por quem, a um cidadão residente no Catú.

Quando o Estado, atarefado com os seus credores, geme sob o peso de uma divida enormissima, que o vae anniquillando, deveria envidar esforços para cortar todas as suas despesas superfluas, gasta, dispende, sem o minimo resultado, cerca de 20 contos annuaes com essa Fazenda abandonada, quantia que deveria ter melhor e mais proveitosa applicação.

Mas o que querem? Ao em vez de procurarem para administrador da Fazenda Modelo um engenheiro agronomo habilitado e trabalhador, mandam para aquelle cargo UM PHARMACEUTICO QUE NEM AO

MENOS RESIDE ALLI E SIM, AQUI, NA CAPITAL, deixando a administração entregue ao feitor, aliás um moço distincto e muito attencioso, porem, incompetente.

Para sanar semelhante mal, que pouco a pouco vae minando, inutilmente, os cofres do Estado, pensamos que o illustre sr. dr. governador procederia acertadamente, ou se desfazendo d'aquelle proprio ou arrendando-o, para o que encontraria facil e prompta concurrencia ou, finalmente, montando alli uma colonia correccional, o que seria um grande serviço prestado á ordem, a segurança publica e aos contraventores.

Que inaudita differença entre a Fazenda Modelo do Catú e as Fazendas Agricolas, que visitamos em S. Paulo e Minas!

Para o desprezo em que está a Fazenda Modelo chamamos seriamente a attenção do exm. sr. dr. Araujo Pinho, que, se mandar visital-a por um competente e imparcial, reconhecerá a verdade do que vimos de expor.

Foto 08

Foto 08: Notícia de 1910 na Revista do Brasil que expõe em 11 parágrafos a situação da Fazenda Modelo em Catu, o autor mostra-se insatisfeito com a gestão da fazenda e com os altos custos aplicados pelo governo em uma fazenda em situação de abandono.

Na publicação acima, lê-se a descrição do fracasso de um empreendimento de grande potencial. Ao relatar que a fazenda não estaria sendo gerida por um agrônomo, o autor mostrou a importância de um profissional da área agrícola para alcançar os objetivos da fazenda. Mas, além não ter esse profissional, a direção também não cumpria uma das exigências para administração da fazenda que era residir no local. Ele destacou em letras maiúsculas que o farmacêutico a quem a fazenda havia sido entregue morava na capital, portanto descumprindo uma regra vital para a gestão da unidade. Este farmacêutico teria deixado um feitor segundo o autor “incompetente” apesar de boa pessoa, e que os resultados do empreendimento iniciado por Luís Viana, que importou os primeiros gados para a fazenda, estavam sendo arruinados pelo total abandono da fazenda que estava longe dos resultados desses modelos de produção de Minas e São Paulo, como nas fotos acima. Para finalizar a queixa indicou a venda ou arrendamento da propriedade, deixando claro que Catu com suas terras férteis era propícia aos empreendimentos agrícola e que poderia ter ao invés de prejuízos, lucros, bastando para isso o posicionamento do governo do estado.

1911/1918

Foto 09: anúncio de jornal de um aprendizado em São Paulo onde se lê: “Jornal do Aprendiz, publicação oficial da Escola de Aprendizes e Artífices de S. Paulo, tiragem 5000 exemplares, distribuição gratuita. O Brasil Futuro sairá das Escolas Profissionais.” Observa-se um menino sentado em uma mesa/prancheta, um livro, um globo e ao lado ferramentas de oficina. A fiação do poste aponta para a lente do futuro onde uma moça observa a indústria em pleno funcionamento. Data de 1911.



Foto 09

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção IHGSP – Caixa 06: *Jornal do Aprendiz: Publicação Oficial da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo*. Ano I, Nº IV, São Paulo, 31/07/1911.

Essa propaganda embora do estado de S. Paulo é emblemática para compreender o otimismo acerca da educação profissional. Neste cabeçalho há a ideia de uma educação fundamentada em equipamentos modernos que unem saberes teóricos

e práticos para suprir a indústria e o comércio. O objetivo do ensino deixa o foco assistencialista e passa a dar ênfase no crescimento da indústria, seja a urbana ou a rural. Em 1918 passados 8 anos da criação dos aprendizados agrícolas, deu-se uma nova expansão de estabelecimentos desse tipo. O decreto Nº12.893 cria Patronatos Agrícolas e fazendas-modelo, embora ainda com um teor mais assistencialista. Para a Fazenda-Modelo de Catu significou um marco importante, nesse mesmo ano a Bahia cede à federação a fazenda e mais terrenos para que pudesse ser criada uma fazenda-modelo. Seria na verdade uma nova gestão da fazenda existente, porém, com recursos federais. O decreto Nº 13.127 concretiza a federalização da fazenda catuense como uma das ações do governo federal para o financiamento e expansão da atividade agrícola no país.



1960/1979

A década de 1960 representou uma grande ruptura para a Fazenda-Modelo que não havia passado por grandes mudanças desde a sua criação. Os principais fatos foram a sistematização do ensino agrícola com o Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946 e a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961. Os anos anteriores a essa década testemunharam os avanços tecnológicos, para indústria e a agropecuária, sob constantes intervenções estadunidenses no Brasil. Também ocorreu a propagação de vendas e cursos para manuseio de maquinários pesados, fertilizantes e insumos químicos utilizados no combate de pragas na lavoura. Nesse momento a educação agrícola é repensada pela United States Agency for International Development (USAID), que traria apoio técnico par efetivar e acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil. (SILVA; OLIVEIRA, No prelo).

Relatos sobre a transformação da Fazenda-Modelo em Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos.

A forma de oferta desse apoio técnico viria através de acordos conhecidos como MEC-USAID, que significou para a educação a reforma de todos os níveis educacionais, cujo ensino agrícola foi reformulado em 5 de março de 1964, através do decreto nº 53.666, com a criação do Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos.

Relatos sobre a transformação da Fazenda-Modelo em Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos.

Agora antes de Colégio Agrícola, o local, as instalações era colégio, colégio não, era uma Fazenda-Modelo do Ministério da Agricultura, entendeu? Quando, eu acredito que aproveitaram as instalações, eu acredito não, foi isso que aconteceu, aproveitaram as instalações do Ministério da Agricultura, da Fazenda-Modelo que era ligada mais à pecuária, ligada mais não, era ligado só pecuária, bovinos e suínos avicultura não tinha, isso não era o Colégio Agrícola. O Colégio Agrícola começou em 69 era uma fazenda do Ministério de Agricultura [...]

(O Agricultor, Entrevista, 2021)

Durante o regime militar foi dado prioridade ao ensino técnico que fosse capaz de formar mão de obra para suprir às necessidades das diversas atividades econômicas. Essa mudança ocorreu a nível nacional, pois o governo federal tinha diversas unidades de Fazendas-Modelos espalhadas pelo Brasil, e ao entender que o ensino técnico era a prioridade transformou essas fazendas em Colégios Agrícolas.

(O diretor, Entrevista, 2020)

Os eventos ocorridos na década de 1960 são resultados da influência estadunidense presentes no Brasil desde de 1940. Essa presença foi ocasionada pelo fim da segunda guerra mundial, que gerou para os EUA a necessidade de frear por meio de apoios técnico e financeiro, qualquer expansão de ideias comunistas ou alianças com países divergentes do ideário capitalista. As

primeiras medidas seriam referentes à reformulação da educação para a formação de mão de obra qualificada, o Brasil, devido ao passado escravagista e as restrições de acesso à educação, adentrou em 1960 com um sistema educacional que formava apenas 14 estudantes do ensino médio para cada 100 do ensino primário. Desse quantitativo apenas 0,5% dos estudantes (A TARDE, 1960) que ingressava no nível médio era do ensino agrícola, a democratização do acesso ao ensino médio tornou-se uma pauta urgente a nível nacional. A expansão desse nível possibilitaria a formação de profissionais qualificados para a execução de técnicas avançadas e manuseio de maquinários modernos. Os acordos entre o MEC e a USAID nortearam a expansão desse nível tendo ocorrido construção de novas escolas ou inserção do médio técnico em escolas já existentes. Uma das principais marcas da efetivação desses acordos foi a transferência do ensino agrícola, antes pertencentes ao Ministério da Agricultura, para o Ministério da Educação.

Esse contexto mais amplo dos conflitos do mundo polarizado, da presença estadunidense ou do papel da USAID não está presente nas narrativas dos sujeitos, entretanto, o Diretor lembra do movimento e do fator motivador das reformas educacionais ocorridas durante a ditadura militar a qual chamou de “necessidades econômicas”. Esse relato se aproxima das fontes escritas ao indicar o mesmo governo e as questões econômicas como impulsionadoras da reconfiguração do ensino agrícola. A expansão rural, que pretendia a divulgação desses conhecimentos técnicos, dependia dessa reconfiguração, então o técnico agrícola surge como uma alternativa à figura do agrônomo, cuja formação era mais demorada e custosa. O relato do Agricultor nos encaminha para uma lembrança mais local acerca das mudanças no instituto, a Fazenda-Modelo não foi pensada para ser um colégio, portanto não tinha instalações próprias desse ambiente educacional. Nesse momento começou um processo de reformas e adaptações das instalações da fazenda para ser transformada em colégio, os estábulos foram transformados em sala de aula, surge também um currículo escolar, neste, além dos conteúdos técnicos da pecuária e da agricultura foram inseridas disciplinas do ensino regular e novas disciplinas técnicas como a avicultura.

1960/1967

A fazenda funcionou com o apoio da federação auxiliando no desenvolvimento da cidade. Em 1927 foi instalada uma indústria de laticínios para aprendizados de técnicas e comercialização, em 1930 ganhou mais terras para plantio de um campo de sementes. Permaneceu sem grandes mudanças até o ano de 1964, onde é implantado o ensino médio técnico. Assim, a escola deixa de ser uma Fazenda-modelo para tornar-se Colégio Agrícola de Catu e, posteriormente, Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos.

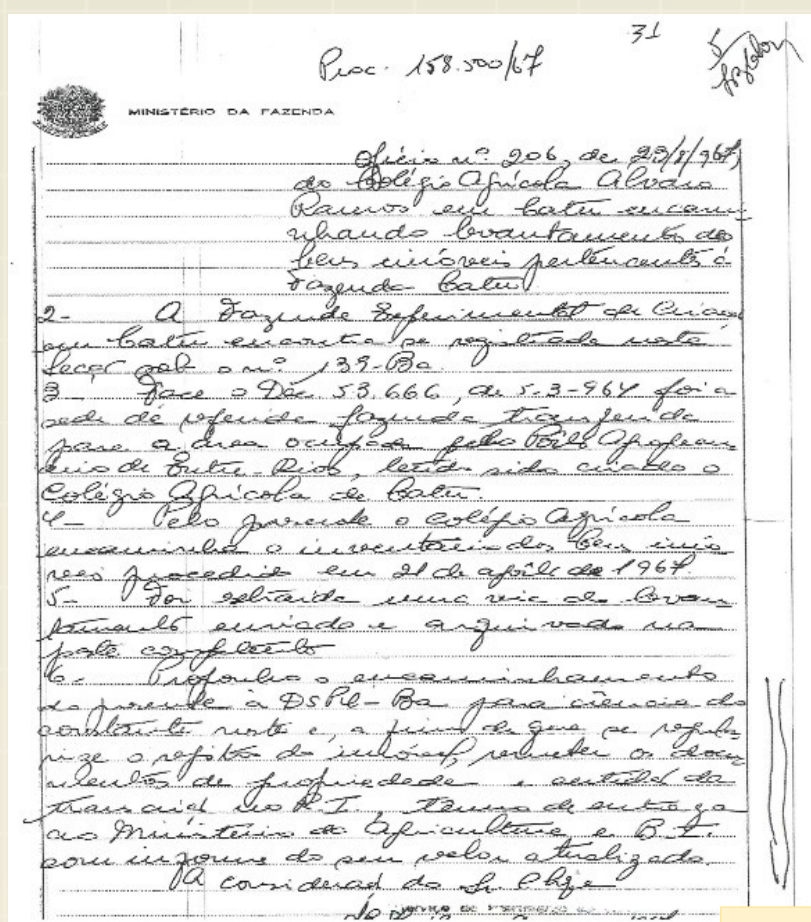


Foto 10

Foto 10: Vê-se um documento escrito à mão em 1967 indicando a criação do Álvaro Navarro Ramos e a transferência da fazenda para Entre Rios. Tem o emblema oficial da federação na pasta do Ministério da Fazenda. Os assuntos das fazendas-modelo, das escolas e colégios agrícolas eram, então, assunto do Ministério da Agricultura.

Transcrição: Lê-se Ofício nº 206 de 23/08/1967 do Colégio Agrícola Álvaro Ramos em Catu encaminhando levantamento dos bens imóveis

pertencentes à Fazenda Catu. 2- A fazenda experimental de criação em Catu encontra-se registrada neste local sob o nº 139 Ba. 3- Face o Dec. 53.666 de 05/03/964 foi a sede de referida fazenda transferida para a área ocupada pelo polo agropecuário de Entre- Rios tendo sido criado o Colégio agrícola de Catu. 4- Pelo presente, o colégio encaminha o inventário dos bens imóveis procedidos de 21 de agosto de 1967. 5- Foi [...] uma via do levantamento enviado e arquivado na pasta competente. 6- Proferido o encaminhamento da presente a DSPE-BA para a ciência do constante visto e a fim de que se refizesse o registro do imóvel [...] os documentos de propriedade e certidão da transação no RI, termo de entrega ao Ministério da Agricultura e BI com informe do seu valor atualizado consideração do chefe.

1970

Para ingressar na escola era necessário fazer uma prova seletiva, os alunos vinham dos interiores baianos e de todo Brasil. A escola funcionava como internato prestando assistência aos alunos menos favorecidos. Não havia um currículo escolar engessado, as aulas ocorriam pela manhã ou tarde, segundo a disponibilidade de equipamentos, professores e as condições e necessidades regionais.

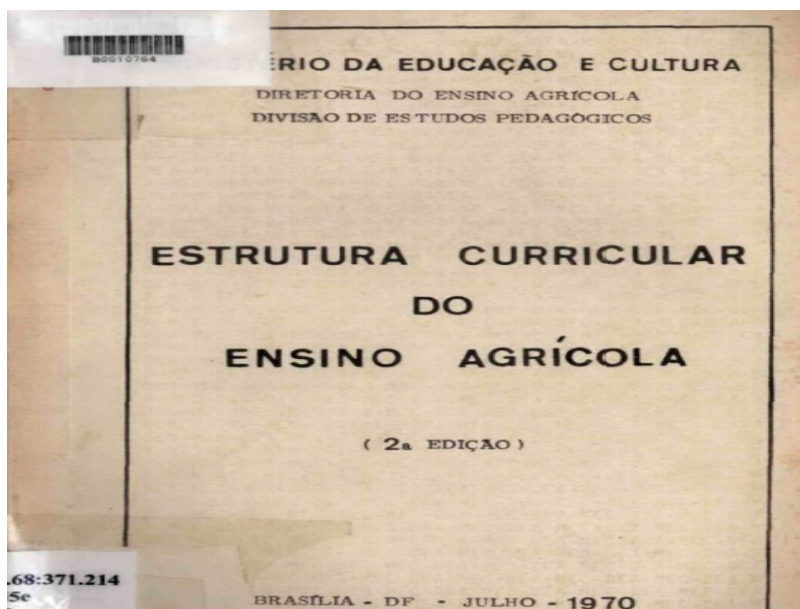


Foto 11

Foto 11: Capa da estrutura curricular do ensino agrícola lançado em 1970, nela se organizava um currículo mínimo comum e prezava pela autonomia e dinamismo escolar, de acordo com a região fomentado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério da Agricultura. Os

estabelecimentos de ensino agrícola desde 1967 estavam sob a gestão do MEC, como mostra esse documento.

As salas de aulas da fazenda foram adaptadas dos antigos currais, os filhos de produtores e trabalhadores rurais viram na escola a oportunidade de cursar o ensino médio técnico tendo a chance de avançar nos estudos ou exercer a função do técnico agrícola. Poderiam trabalhar em fazendas como empregados, no reflorestamento ou na extensão rural. O público era majoritariamente masculino em 1971 formou-se a primeira turma de técnicos agrícolas.



Foto 12

Foto 12: 1º turma entre 1968/1971, a partir da esquerda: Professor Cesar, Murilo, Castanha (um aluno), uma aluna, Hamiltom, Dorivaldo e Gileno. Apesar de ser incomum desde 1910 era permitido que mulheres frequentassem os cursos agrícolas, apesar disso por conta das convenções sociais, poucas se matriculavam nessas escolas. Por isso posa, entre professores, concentrados para o registo fotográfico, uma sorridente mulher, que traça bota e calça dobrada até a coxa, blusa de manga masculinizada e um boné para proteger do sol. Provavelmente, estava em uma aula prática, quando chamada para esse registro.

Os alunos que se destacavam poderiam ser indicados para trabalhos em fazendas renomadas. O destino comum era a extensão rural, onde poderiam trabalhar, também, como professores. A indicação foi durante essa década o meio de ingresso dos professores, posteriormente, sendo exigido curso superior para exercer a função de professor e concurso para ocupação das vagas.



Foto 13

Foto 13: Turma de 1976 maioria masculina, despojados com camisa aberta, turma miscigenada com apenas duas mulheres posando, timidamente, sem a característica camisa branca masculina. O regime de internato despertava um sentimento de familiaridade entre os internos que saíam muito cedo da tutela dos pais para conviver com as diferenças culturais abrigadas por este colégio.

● 1979

Nessa década não só as diretrizes curriculares foram estabelecidas, como também ocorreu o que foi chamado de profissionalização compulsória, onde todas as escolas que ofertavam o ensino médio deveriam ofertar o técnico de acordo com o decreto Nº 5.692/71. Oito anos depois, as instituições agrícolas ligadas a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola foram transformadas em Escolas Agrícolas Federais (EAFs). Em Catu, esse evento marcou o fim do Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos.



Foto 14

Foto 14: Entrada da escola por volta de 1982, destaca-se acima dos pilares, a denominação Escola Agrotécnica Federal de Catu, regidos pelo MEC e pela COAGRI. O termo agrotécnico, em substituição ao agrícola, enfatiza um caráter mais tecnicista próprio da educação no período ditatorial. Alunos aguardam fardados saindo pela portaria principal portam calça jeans e blusa branca e um crachá de identificação. Entre os alunos, duas mulheres, uma sem a farda. Parecem aguardar um evento extra-escolar. O ambiente verde destaca-se por toda a escola.

● 1970/2000

Entre 1970 e 1980 o regime militar operou variadas mudanças no sistema de ensino, foi imposto no nível médio, na época chamado de 2º grau, a profissionalização universal onde todos os alunos deveriam ter uma formação técnica, estabelecida pela Lei nº. 5.692/71. Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto Nº 83.935, o Colégio Agrícola passou a ser a Escola Agrotécnica Federal de Catu. Destacou-se nesse período o sistema Escola-Fazenda cujo o princípio educativo era o lema aprender a fazer fazendo. O currículo escolar intercalava aulas teóricas e práticas e o aluno tinha acesso direto às técnicas de plantação e criação.

Sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) publicou-se oficialmente a Lei de Diretrizes e Bases Nº. 9.394/96 e o Decreto nº 2.208/97. Esse decreto liga a formação ao mundo, exercício e ambiente do trabalho, dando um sentido mais utilitarista à formação técnica. Ramos (2014) mostra que essa ação foi justamente oposta à formação técnica generalizada de 1971. Em 1997 há a separação do ensino técnico e do ensino médio.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva a separação legal entre os níveis médio e técnico deixa de existir. Surgiram, então, os Institutos Federais cuja formação era focada nos sujeitos e sua relação com o contexto social e o mundo do trabalho.

Relatos sobre a cooperativa na escola

A cooperativa, o associativismo era uma disciplina, tinha disciplina cooperativismo, o currículo. Então o aluno, na verdade a cooperativa, a comercialização era uma prática em produzir, fazer as atividades de campo, e ele gerenciar como é que faz a nota, como é que calcula a produção o estoque, isso era feito na cooperativa [...]

(O professor sonhador, Entrevista, 2021)

Tinha cooperativa, que inclusive todo ano tinha eleição para presidente da cooperativa, era aluno que era o presidente. Tinha o professor orientador, que era justamente a função do professor, para dar as informações necessárias para desenvolver a gestão da cooperativa, agora foi, era toda organizada. Mas, apareceram algumas cabeças, eu só falo a verdade, apareceram algumas cabeças que não pensavam assim, achavam que aquilo era trabalho escravo, trabalho de menor, entendeu? Pô, o aluno ia lá juntos, alguns professores iam juntos, outros já não ia né, achando que não era trabalho do professor, o trabalho do professor não era lá está junto. Por que alguns achavam que o professor estava sendo capataz. Eu fui da linha, eu trabalhei muito, trabalhei no campo junto com os meninos, eu falo os meninos, mas é os alunos, entendeu.

(O veterinário, Entrevista, 2021)

As políticas iniciadas na década de 1960 deram forma à Escola Agrotécnica Federal que se estruturou durante 1980, sua existência foi marcada por um currículo autônomo e pelo desenvolvimento da cooperativa-escolar. A cooperativa, como disciplina, estaria alinhada ao princípio “aprender a fazer fazendo” do sistema Escola Fazenda, pensava-se no processo ensino-aprendizado-produção, incluindo, também, a comercialização dos produtos para manutenção da escola. O relato do Professor sonhador sintetiza os objetivos e funcionamento da cooperativa, além disso mostra como para aquela instituição era importante a formação dos discentes. O relato do Veterinário revela alguns possíveis motivos que teriam levado ao fim das cooperativas-escolas na rede de ensino federal agrotécnico, estaria ligado aos debates sobre exploração infantil surgidos em 1990. Ele não aprofunda o que seriam os pensamentos contrários ao

trabalho dos alunos, mas diz que havia uma insatisfação por parte do alunado que enxergava alguns professores como capatazes. Mais uma vez se sobressaiu a figura do capataz e a exploração excessiva de trabalhadores braçais para garantir a produtividade. Esse assunto é aprofundado por Silva (2017), para ele as diretrizes da escola auxiliavam no encaminhamento dos estudantes no mercado de trabalho por meio de escala de finais de semana, rodízio de férias e estágio obrigatório, entretanto poderia ter ocorrido distorções dos objetivos pedagógicos com a exploração da mão de obra gratuita dos estudantes para a manutenção da escola, levando a insatisfação dos alunos e criação de leis para a proteção da criança e do adolescente nos assuntos relativos ao trabalho.

Então, após o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, as cooperativas-escolas na rede federal foram finalizadas. Também ocorreram outras adaptações aos novos direcionamentos pedagógicos desse período. O ensino profissional não mais estava sendo ofertado de maneira integral, o aluno poderia cursar o nível médio em um turno e o técnico em outro e, por vezes, em unidades diferentes. Além disso, existia a opção de cursar o ensino técnico, após a conclusão da formação básica. Nesse período, a Escola Agrotécnica Federal de Catu se tornou uma autarquia e passou a dispor de orçamento e quadro de pessoal próprios, além de novos cursos. Permaneceu com essas características até os anos 2000, quando foi pensada uma nova institucionalidade para o ensino técnico. Não bastava agora estar voltada apenas para a produtividade econômica, o novo trinômio estava fundamentado no processo ensino-pesquisa-extensão, a qualificação para o trabalho era uma consequência e necessidade, não uma finalidade. Sob esse seguimento, originou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o *Campus* Catu, que se insere no Instituto mantendo a tradição de ofertar o ensino profissional.

1980

Em 1980, destacou-se nos Institutos Federais o sistema Escola-Fazenda com o lema “Aprender a fazer fazendo”. A COAGRI regulamentou as cooperativas que nas escolas conduziam um ensino prático chamado no currículo de economia rural. O pilar era o trinômio ensino-aprendizado-produção, os alunos participavam dos processos do plantio até a venda dos produtos, cuja renda ajudava na manutenção da própria escola.

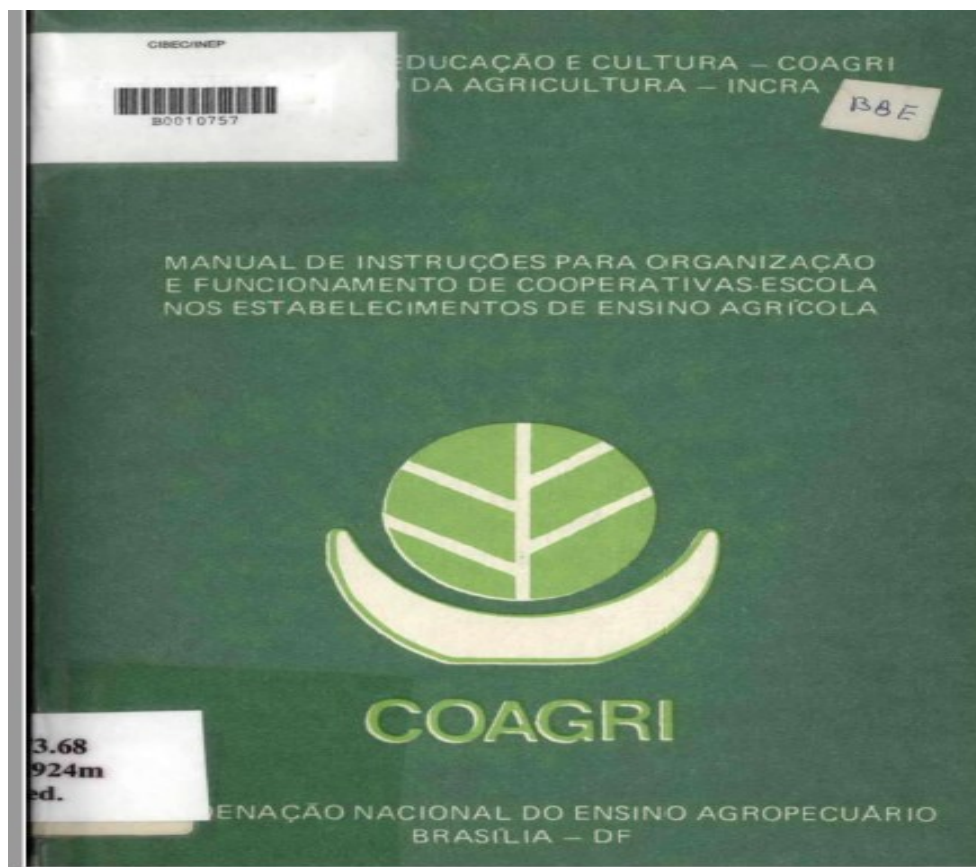


Foto 15

Foto 15: Capa do Manual da COAGRI de 1982 para a organização das cooperativas nas escolas, cuja cor verde indicava a marca agrícola e o trabalho no campo.



Foto 16

Foto 16: Diretor Prof. Olavo Bahia Neves, entre 1974/1976 em um clima solene de uma formatura entregando certificados do curso de técnico agrícola.

1981

Em 1981 ocorreu a primeira feira de ciências do Escola Agrotécnica de Catu, envolvendo não só as escolas da comunidade, como também das cidades vizinhas como Alagoinhas.

Fotos 17: 1º Currículo estipulado pelo MEC em 70, dividido por formação geral, técnicas e práticas educativas.

COLEGIO AGRÍCOLA "ALVARO NAVARRO RAMOS" CATU - BA.

CURSO COLEGIAL AGRICOLA

DISCIPLINAS	S é r i e s		
	1a.	2a.	3a.
I - CULTURA GERAL:			
Português	4	4	3
Matemática	4	4	3
Biologia	2	2	2
Química	2	2	2
Educação Moral e Cívica...	2	2	2
OPTATIVAS: Inglis			
Física	-	2	2
Desenho	2	-	-
Ciências Sociais			
O.S.P.B.....			
II - CULTURA TECNICA:			
Agricultura	4	4	4
Zootecnia	2	2	2
Indústrias Rurais	2	2	2
Mecânica Agrícola	2	2	-
Economia Rural	-	-	4
III - PRATICAS EDUCATIVAS:			
Educação Física	2	2	2
Educação Artística	2	2	2
Programa Agrícola Orienta do	10	10	10
T O T A I S	40	40	40

Processo SC 246 524/68 - Aprovado em 16/9/68
OBS.: Modificado pelo Decreto-lei nº 869/69
Aprovado em 22/5/70.

70 -

Foto 17



Foto 18

Foto 18: Cartaz da primeira feira de ciências 1982 descrevendo as disciplinas que seriam abordadas na feira. Com as cooperativas o número de disciplinas acabou aumentando, nota-se que estão representadas por meio de uma escada em espiral, onde se intercalam disciplinas técnicas e teóricas, mostrando que é uma feira de conhecimentos interrelacionados.



Foto 19: turma de 1981 homem negro, calçando botas todo vestido de calça e camisa branca, aparenta a seriedade de um professor ou instrutor da atividade prática relacionada à agricultura. Uma mulher com calça jeans e blusa branca tal como a farda aparentando também estar instruindo a atividade. Dois alunos despojados tal como se cuida de um terreno de casa, portando botas shorts marrons curtos. O primeiro de chapéu segurando a enxada com a camisa na cintura, bem relaxado e o segundo com a camisa vestida esperando pelo momento da foto.

Foto 19



Foto 20

Foto 20: Turma de 1982, veem-se alunos com indumentária de atividade prática, blusa, calça e botas observando atentamente um implemento de mecanização agrícola, provavelmente estavam ouvindo uma instrução enquanto se fazia o registro. Mantem-se um perfil do público majoritariamente masculino e miscigenado.

Foto 21: 1º semana do técnico em agropecuária 27/09 – 02/10/81, alunos com fardamento para aula prática, apresentando-se junto com um gado branco e inquieto, os três portam crachás de identificação e os dois primeiros olham despojados enquanto o terceiro (que deve ser o professor) inclina-se para o animal deitado.



Foto 21

Um dos objetivos do ensino agrotécnico era fornecer mão de obra qualificada para o manuseio de fertilizantes, equipamentos e pesticidas originados de um movimento que ficou conhecido como revolução verde. Os maquinários agrícolas modificaram a forma de produção estabelecendo um ritmo mais acelerado no campo.



Foto 22

Foto 22: Exposição de um trator por volta de 1986, também fruto desse movimento da chamada industrialização do campo. Homens se recostam no trator que parece um monumento exposto. Um homem de blusa branca e short escuro toca e observa curioso o pneu do trator.

A partir de 1990, observaram-se várias mudanças curriculares e a oferta de novos cursos no ensino agrícola. Em 1993 a Lei nº8731 transformou as Escolas Agrícolas Federais em autarquias, que passaram a dispor de orçamento e quadro de pessoal próprio, além de autonomies financeira e didática. O Estatuto da Criança e do adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 modificaram o entendimento do trabalho juvenil, enfraquecendo a cooperativa-escola que se extinguiu após as adequações curriculares em relação as atividades práticas escolares. Surgem novos cursos técnicos com habilitações em agricultura, zootecnia e agroindústria.

1990



Foto 23: Turma de 1990 com equipamentos próprios dessa década, sem a utilização do crachás, fardas com o nome da escola pintado, maioria masculina, com apenas quatro mulheres, turma agrupada em sala de aula, em pose para foto com brincadeiras tipicamente juvenis.

2000

Embora na década de 1990 a EAF Catu tenha se tornado uma autarquia, em geral, a Educação Profissional e Tecnológica sofreu grandes retrocessos, a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica marcou a separação do ensino médio do técnico, submetendo a EPT à lógica de formação apenas para o mercado de trabalho. Nos anos 2000 acentuaram-se os movimentos sobre os caminhos da educação profissional e no governo de Luís Inácio Lula da Silva começaram os debates para a nova conformação da EPT.

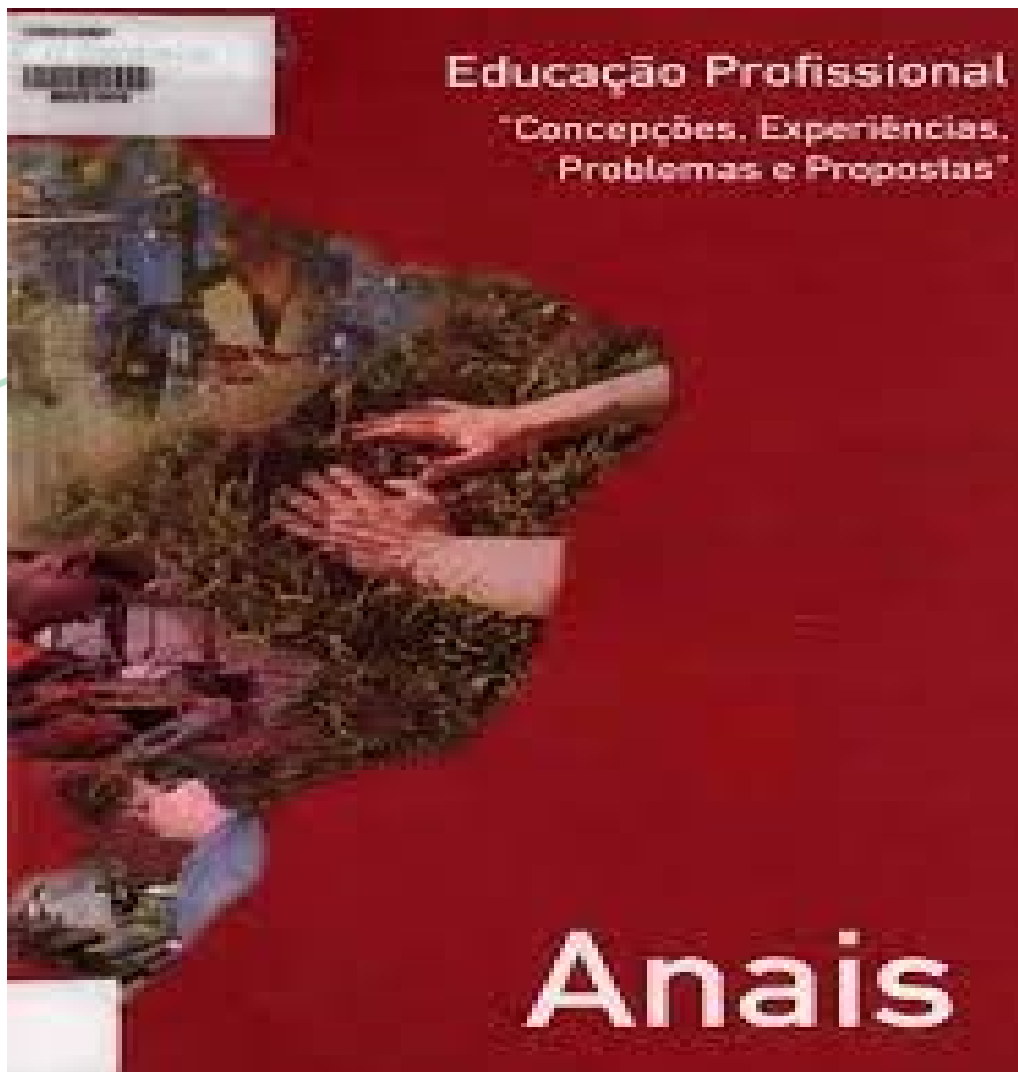


Foto 24

Foto 24: Capa de obra com as sínteses dos debates do governo petista ocorridos em 2003. Na ilustração traz o mapa do Brasil representando as modalidades de trabalho industrial urbano e agrícola, demonstrando que o debate girava em torno da concepção do trabalho como um todo e nas possibilidades de oferta desse ensino.

Desses debates saíram as diretrizes para a conformação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia criados em 2008. O IF-Baiano, também, foi criado nesse período com a junção das Escolas Federais Agrícolas e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais. A EAF de Catu passou por mais uma modificação se tornando o atual Campus do IF-Baiano, cuja característica marcante é o passado agrícola.



Foto 25

Foto 25: Atual prédio do *Campus Catu* registrado em 2015, as cores e a logo representa a conformação dessa Instituição dentro de uma rede educacional que atua tendo o trabalho como princípio educativo e preza pela formação integral humana.

O LUGAR DO NEGRO E DA MULHER DURANTE A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA

Gestão escolar 1960/2000

Ao longo do século XX, a oferta do ensino técnico deixa de ser assistencialista para coadunar com as demandas do desenvolvimento industrial nacional. Uma das principais reformas ocorreu em 1970 quando a formação técnica se tornou compulsória, isso trouxe uma reconfiguração do público atendido pelas unidades de ensino produtivas.



Foto 26

Foto 26: Curso de olericultura/Formatura 1980, posam em semicírculo um grupo de 14 pessoas, apesar do momento solene há uma seriedade no ambiente. O público de jovens formandos acompanhados pelo que parece ser os responsáveis são pouco retintos, há 2 jovens mulheres, que supostamente são formandas, na turma de maioria masculina. O quadro atual já parece demonstrar uma mudança do público estudantil dessa instituição.

Relato sobre o público da escola

Ela era uma escola para estudantes mais da zona rural, que pudessem, quando terminarem a escola, ir trabalhar no campo. Esse é o ideal, acontece que essa frequência algum tempo, como essa escola, que era pública e só tinha ela Federal, todas as outras do Estados eram escolas estaduais não tinham o nível de conhecimento que eles tinham aí na escola. Então, a escola começou a mudar o perfil dos estudantes que adentrou e se interessou para escola. Os estudantes vieram, também, da zona urbana, em função disso mudou, também, o foco, como escola que tinha muito conhecimento teórico, também, eles os resolveram iam para poder fazer o vestibular e passar nas universidades públicas também. Inclusive nossas escolas ela por muito tempo, ela formou grandes profissionais médicos, engenheiros, mesmo que fosse fora do agrícola, mas grandes profissionais que percorreram a da universidade os caminhos da universidade .

(A flor de Alagoins, Entrevista, 2020)

Foto 27: Por volta dos anos 2000 realizou-se no Campus Catu um evento para homenagear os diretores do instituto, vê-se na fotografia que a gestão durante o século XX e início do XXI foi feita apenas por homens. Na foto, disposição de sete retratos com o quadro do primeiro diretor em destaque e os outros dispostos em duas linhas horizontais.



Foto 27

Não só nestas fotografias se destacou a presença marcadamente masculina, isto também foi observado nas turmas do curso de técnicos agrícolas como citado acima. Além disso, dos 11 entrevistados que foram egressos do instituto apenas

duas foram mulheres e nenhuma negra. Logo, esta é uma característica que foi percebida, a partir do momento em que a fazenda se tornou o Colégio Agrícola, entretanto não é imutável, por exemplo, em 2009, Sebastião Edson Moura, homem negro que atuou como professor e diretor do colégio se tornou o primeiro reitor do IF-Baiano. Além dele, Sandra Cerqueira de Jesus, se tornou a primeira mulher, mulher negra, a se tornar diretora do Campus em 2018. Apesar da história de exclusão de negros e mulheres, é possível observar a partir dos anos 2000 a presença desses sujeitos em espaços importantes, como na gestão de direção do Campus e do Instituto.

Os processos de mudanças das atividades econômicas em Catu e da região do recôncavo baiano definiram a origem e a cor do público que ingressavam nessa instituição. Como foi anteriormente citado, inicialmente, o público-alvo eram os negros libertos, os órfãos e os desvalidos, a gestão assistencialista da fazenda não exigia nível de ensino ou provas de aptidão para que estes acessassem os cursos da fazenda. Havendo demanda para formação braçal, esse público era acolhido para uma formação rápida, por isso nos primeiros registros fotográficos se veem homens de pele mais negra. Essa situação muda quando a fazenda de fato se tornou um colégio, passou-se a exigir provas para o ingresso na unidade e isso dificultou o acesso do público-negro rural, que mal acessava o nível fundamental. A situação se agravou ainda mais com a profissionalização obrigatória determinada no governo militar, a certificação da formação do nível médio estava vinculada ao técnico. O fato da Escola Agrotécnica de Catu ser a única a ofertar essa modalidade aumentou a procura pelo ensino técnico, atraindo o público urbano, que apesar do desinteresse na formação técnica precisava dela para acessar o nível superior. Como se verifica no relato da *Flor de Alagoinhas*, o público deixa de ser mais rural e passam a vir da zona urbana, mudando o perfil dos alunos que frequentavam esse ambiente. Como consequência, cada vez menos negros retintos passam pela instituição como também são poucos nos registros fotográficos.

Durante a exposição das fotos foi salientado como o público feminino é minoria nos cursos, o fato é que a sociedade patriarcal denominou papéis sociais que impossibilitavam o acesso das mulheres em algumas profissões. Por essa

razão, a conformação do agrônomo ou do técnico agrícola estava associada ao papel masculino. Cabia ao homem a sustentação da casa e à mulher a responsabilidade pela economia doméstica. Mesmo quando em 1910 durante a sistematização do ensino agrícola se oportunizou o acesso das mulheres aos cursos técnicos, o acesso delas nesses cursos era mínimo, pois, além dessa formação possibilitar apenas atuar como auxiliar do homem, a estadia dentro desses cursos significava a saída do ambiente de casa, cuja honra e feminilidade estariam protegidas. Estar com homens e atuar como homens seria perigoso para a própria figura feminina, ainda assim mulheres eram vistas quebrando essas barreiras. Na foto apresentada acima com os diretores, tem-se a expressão máxima da caracterização do ambiente masculinizado para a formação do técnico agrícola, visto tanto no Colégio Agrícola, quanto, posteriormente, na Escola Agrotécnica Federal. Entretanto o ingresso das mulheres no Instituto foi cada vez mais ampliado, a partir de 1990 com a inserção de novos cursos e mudanças da mentalidade do papel das mulheres. Por essa razão, pode-se observar as mulheres perpassando todos os ambientes, como alunas, como professoras e no papel de direção, como nestes últimos anos, em que o *Campus* foi gerido por Sandra Cerqueira de Jesus, além de eleger em 2022, Georgia Silva Xavier, configurando duas gestões consecutivas femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da memória institucional como fator fundamental para a formação humana motivou a pesquisa sobre o *Campus* Catu, isto resultou nesta síntese cronológica que contém os principais marcos dessa história. Trata-se de uma exposição do processo de pesquisa que análogo ao garimpo de ouro buscou nos arquivos físicos e virtuais preciosas informações sobre o Instituto, conciliando fontes escritas e orais e construindo, a partir desse cruzamento de dados, uma narrativa que subsidiasse a leitura sobre a história desta Instituição.

Verificou-se que o *Campus* Catu, anteriormente, era uma Fazenda-Modelo de criação para ensino de técnicas agropastoris. Durante a ditadura, tornou-se o

Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos e, em seguida, implementou novas mudanças impulsionadas pelos acordos MEC-USAID, transformando-se, então, na Escola Agrotécnica Federal, vinculada ao MEC. Nos anos 2000 passa a ser parte da rede de institutos federais, que oferta a modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica. Em síntese, as demandas econômicas derivadas da necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico nacional impulsionaram essas mudanças, assim como também, as questões sociais advindas de um contexto mais amplo do conflito entre dois ideais desenvolvimentistas opostos: o capitalismo e o socialismo. A conformação do sistema educacional brasileiro se deu através de uma orientação capitalista, cujas reformas incidiram sobre a organização da educação, refletindo diretamente no *Campus*, fazendo com que dentro de um século passasse por estes processos de mudança aqui apresentado.

Acredita-se que a principal contribuição deste trabalho não é informar sobre os principais acontecimentos históricos sobre esta Instituição, porém, instigar a procura de novos conhecimentos por meio da pesquisa. Possibilitar ao leitor, durante o acesso dos resultados dessa investigação, a chance de construir a própria análise da iconografia exposta, assim como das narrativas dos sujeitos e das demais fontes apresentadas. A extensão do ensino e da pesquisa se dá quando se oportuniza, através da produção e disponibilidade, o acesso e entendimento de temas socialmente relevantes como é a educação, para que por meio destes novos conhecimentos se possa refletir sobre o futuro, principalmente sobre o futuro da educação profissional destinada aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a Industrialização da Agronomia no Brasil (1877-930)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Feira de Santana. Salvador-Feira de Santana. 2006. 206f.

A TARDE, jornal. **Ginásios para o progresso**. 4 de maio de 1960, 1960.

BAHIA. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana**. Assembleia Legislativa da Bahia, 1997.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial. **Diário Oficial da União**: 26/9/1909, p. 6975, 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União**: 2/11/1910, p. 9139, 1910. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 53.666, de 5 de março de 1964. Transfere a sede da Fazenda Federal de Criação de Catu, no Estado da Bahia, do Departamento de Promoção Agropecuária, para a área ocupada pelo Posto Agropecuário de Entre-Rios e cria o Colégio Agrícola de Catu. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 2318, 10/3/1964, 1964. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53666-5-marco-1964-393685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 23/8/1946, p. 12019, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: 20/12/1961. 1961. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estrutura curricular do ensino agrícola**. 2. Ed. Brasília- DF, jul. 1970.

BRASÍLIA. BASE Nacional comum curricular. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versa ofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versa_ofinal_site.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CATU. **Acervo Catuense**. 09/07/2020. 2020. Disponível em: <http://acervocatuense.blogspot.com>. Acesso em: mar. 2022.

CATU. **XiqueSampa**. 15/03/2019. 2019. Disponível em: <<https://xiquesampa.blogspot.com/2019/03/historia-da-escola-agrotecnica-federal.html>>. Acesso em: mar. 2022.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, número3, p. 1-20- 2005, ISSN: 1808-799X. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UUNESP, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. 1924. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990, p. 535-599.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral e identidade: caipira, espelho, espelho meu? **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012, p. 411-425.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras Escolas Agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, jun. 2012, p. 309-324, ISSN: 1676-258.4.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Teresina, v. 2, p. 25-32, jan./jun. 2009.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos caminhos de Deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)**. 2010. 298 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memórias e histórias a problemática dos lugares**. v. 10, jul./dez. 1993.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. O Blog de História do IF Baiano, Campus Catu. 2010. Disponível em: < <http://historia-ifbaiano.blogspot.com/2010/01/de-fazenda-modelo-ifbaiano-trajetoria.html> >. Acesso em: mar. 2022.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil - 1ª República - 1889-1930. In: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Caderno de Formação - Formação de Professores - Educação Cultura e Desenvolvimento - História da Educação**. 1. ed., v. único, São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 71-84, 2010.

PARANÁ. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Dicionário histórico dos campos gerais**. 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/2021/02/>. Acesso em: mar. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 28. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. Política Educacional brasileira: limites e perspectivas. In: *Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 24, 18/04/2012, 2012. Disponível em:

<http://periodico.ouc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, Diene Israela da; OLIVEIRA, Marcelo Souza. **Memória e História do Instituto Federal Baiano-Campus Catu**. (No prelo).

SILVA, Estácio Moreira da. **Trajetória histórica e memória da educação profissional em agropecuária no Brasil/Bahia**: aproximações e diferenças com cuba. 2017. 207f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WIKIMEDIA. COMMONS. **Ouro Preto em frente ao Aprendizado Agrícola**. 2022. Disponível em:

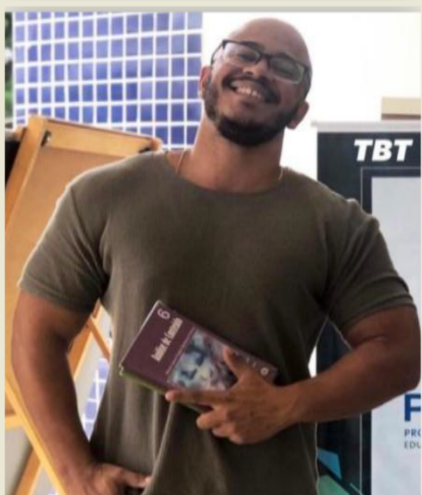
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ouro_Preto_em_frente_ao_Aprendizado_Agr%C3%ADcola_%22Bar%C3%A3o_de_Camargos%22_\(Passades\)_\(1\)_-_1-14907-0000-0000,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ouro_Preto_em_frente_ao_Aprendizado_Agr%C3%ADcola_%22Bar%C3%A3o_de_Camargos%22_(Passades)_(1)_-_1-14907-0000-0000,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg). Acesso em: mar. 2022.

SOBRE A AUTORIA



Autora: Diene Israela da Silva

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IF-Baiano). Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Auxiliar de classe lotada no município de Candeias.



Autor: Prof. Dr. Marcelo Souza Oliveira

Pós-Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB); Doutor em História Social (UFBA); Mestre em Estudo de Linguagens (UNEB); graduado em História (UNEB). Pesquisador e vice-coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Científica (GPEC/IF Baiano). Autor e organizador de diversos livros, dentre eles: A Imperial Vila de Santana do Catu: histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano; (Quarteto, 2015); Educação Científica e Popularização das Ciências: práticas multirreferenciais (EDUFBA, 2016); Educação Científica e Popularização das Ciências: práticas multirreferenciais, Vol. II (APPRIS, 2021); e Educação Científica e Escola Inovadora (APPRIS, 2021). Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Catu, onde atua como docente no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, no Curso de Especialização em Educação Científica e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IF Baiano.



Revisora: Simone Maria Rocha Oliveira

Mestrado e doutorado em Letras (UFBA). Professora titular aposentada do IF-Baiano, Campus Catu
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5976934503772227>



**INSTITUTO
FEDERAL**
Baiano



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

